



Diário da Justiça

REPÚBLICA
FEDERATIVA
DO BRASIL

ANO LXVI — Nº 36

SEXTA-FEIRA, 22 DE FEVEREIRO DE 1991

BRASÍLIA — DF

Sumário

	PÁGINA
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	1257
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL.....	1279
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.....	1288
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.....	1318
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR.....	1420
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO.....	1420
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL	
— Conselho Federal.....	1423
EDITAIS E AVISOS.....	1424

Supremo Tribunal Federal

Presidência

PORTARIA DE 19 DE FEVEREIRO DE 1991

O MINISTRO JOSÉ NÉRI DA SILVEIRA, PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, USANDO DA ATRIBUIÇÃO QUE LHE CONFERE O ARTIGO 36, DO REGULAMENTO DA SECRETARIA,

R E S O L V E nomear, nos termos do artigo 12, inciso III da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, combinado com o artigo 47, do Regulamento da Secretaria HILDA CARNEIRO DE REZENDE, Técnico Judiciário Classe Especial, do Quadro da Secretaria deste Tribunal para exercer o cargo, em comissão, de Diretor da Divisão de Regime Jurídico, Código STF-DAS-101.3, em vaga decorrente da aposentadoria de Maria Honorata Coelho.

MINISTRO JOSÉ NÉRI DA SILVEIRA

Plenário

Pauta de Julgamentos

PAUTA Nº 04 - Elaborada nos termos do art. 83 do Regimento Interno, para julgamento, a partir da próxima sessão, contendo os seguintes processos:

MI 95-6 - RR

Rel.: Min. Carlos Velloso. Repte.: Paulo Marcelo Aguiar Carneiro de Albuquerque (Adv.: em causa própria). Regdo.: Congresso Nacional.

ADIn 115-9 - PR

Rel.: Min. Octavio Gallotti. Repte.: Governador do Estado do Paraná (Advs.: Wagner Brússolo Pacheco, Roberto Caldas Alvim de Oliveira). Regda.: Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (Advs.: José Cid Campelo, Joaquim Munhoz de Mello e outros).

MI 124-3 - SP

Rel.: Min. Carlos Velloso. Repte.: Carlos Antônio Rossini (Adv.: Marcos A. Simardi).

Inq 316-6 - PR (Exceção da Verdade)

Rel.: Min. Aldir Passarinho. Excepiante: Airton Ravaglio Cordeiro (Advs.: Renê Dotti e outros). Excepto.: José Richa.

Inq 388-3 - DF

Rel.: Min. Octavio Gallotti. Indiciados: Aníbal Teixeira de Souza (Advs.: Décio Fulgêncio, José Guilherme Villela); Alencar Guimarães de Carvalho (Adv.: Jair Leonardo Lopes); Alexandre Machado Vilela (Advs.: José Jorge Neder, Carlos Mário Veloso Filho); Lúcio Veríssimo Machado de Souza (Adv.: Odilon Pereira de Souza); Mário Cicareli Pinheiro (Adv.: Wilson Fernandes Veloso); Marcos Alberto Cabaleiro Fernandez (Advs.: Benedito Miguel da Costa, Carlos Mario Veloso Filho); Nelson Valadares Portela (Advs.: José Nascentes Coelho, Edivaldo Alves da Silva e outros) e Sérgio Menin Teixeira de Souza (Advs.: Wilson Fernandes Veloso, Jair Leonardo Lopes).

Inq 393-0 - PR

Rel.: Min. Aldir Passarinho. Indiciados: Waldyr Ortêncio Pugliesi e outro (Advs.: Antônio de Pádua Tadeu de Oliveira). Vítima: Dejonir Vteira da Silva (Adv.: Arthur Oliva Filho).

Inq 495-2 - DF

Rel.: Min. Aldir Passarinho. Indiciado: José Carlos Martinez. Autor: Ministério Público Federal.

AR 1.306-9 - SP

Rel.: Min. Moreira Alves. Revisor: Ministro Aldir Passarinho. Autora: Antonieta Gubeissi (Adv.: Afranió Pires da Silveira). Réu: Banco do Estado de São Paulo S/A (Advs.: Mauro de Almeida e outros).

AR 1.311-5 - SP

Rel.: Min. Moreira Alves. Revisor: Min. Aldir Passarinho. Autor: Altino José da Silva (Advs.: Ivo Arnaldo Cunha de Oliveira Neto e outros). Réu: Instituto Nacional de Previdência Social - INPS (Advs.: José de Deus Oliveira Prieto, Dario Lopes da Costa).

HSE 4.077-6 - Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte

Rel.: Min. Aldir Passarinho. Reptes.: Bremer Handels gesellschaft M.B.H. Import-Grosshandel (Adv.: Peter Walter Ashton e outro). Regdo.: José Berta S/A - Exportação e Importação (Advs.: Luiz Afonso Silva Antunes e outro).

MS 20.951-8 - DF

Rel.: Min. Aldir Passarinho. Imptes.: Angelo Scavazza e outros (Advs.: Milton Teotônio P. dos Santos e outra). Autoridade coatora: Presidente da República.

MS 21.010-9 - DF

Rel.: Min. Aldir Passarinho. Impte.: Cia. Pinheiro - Ind. e Com. (Adv.: Marialva Portes). Autoridade coatora: Presidente da República.

MS 21.114-8 - DF

Rel.: Min. Aldir Passarinho. Impte.: Paulo Rodrigues Passos (Adv.: Elson dos Santos Ronna e outro). Impdo.: Presidente da República.

ERE 100.653-6 - RJ

Rel.: Min. Aldir Passarinho. Empte.: Estado do Rio de Janeiro (Adv.: Humberto Ribeiro Soares). Embdo.: Monteiro Leite Produções Siderúrgicas Ltda. (Adv.: Cláudio Rinaldi de Carvalho).

Brasília, 20 de fevereiro de 1991

ALBERTO VERONESE AGUIAR
Secretário

Divisão de Acórdãos

SEGUNDA (2a.) ATA DE PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS
REALIZADA NOS TERMOS DO ART. 95 DO REGIMENTO INTERNO

São publicados os Acórdãos dos seguintes processos:

MI 162-6 - DF

Rel.: Min. Sepúlveda Pertence. Reptes.: Abidias José de Sousa e outros (Adv.: Osmar Nogueira de Souza). Regdo.: Presidente da República.

Decisão: Por unanimidade o Tribunal não conheceu da ação de mandado de injunção. Votou o Presidente. Plenário, 11.06.90.

EMENTA - Mandado de injunção. Condições da ação. Ilegitimidade *ad causam*.

Suposta provisoriamente a veracidade dos fatos alegados pelo autor, a existência "em abstrato e em hipótese", do direito, afirmado como suporte da pretensão de mérito ou de relação jurídica prejudicial dele, ainda se comporta na questão preliminar da legitimação ativa para a causa: carece, pois, de legitimação *ad causam*, no mandado de injunção, aquele a quem, ainda que aceita provisoriamente a situação de fato alegada, a Constituição não outorgou o direito subjetivo cujo exercício se diz inviabilizado pela omissão de norma regulamentadora.

2. Advocacia-Geral da União. Procuradores Autárquicos federais.

A Constituição não conferiu aos procuradores das autarquias federais direito subjetivo à integração no futuro quadro de advogados da Advocacia-Geral da União.

MI 188-0 - RJ

Rel.: Min. Sepúlveda Pertence. Reqtes.: Marlene Campos de Brito Cavalcanti e outras (Adv.: José de Oliveira Marinho). Reqdo.: Presidente da República.

Decisão: Após o voto do Sr. Ministro-Relator que julgava prejudicado o mandado de injunção, o julgamento foi adiado em virtude do pedido de vista do Sr. Ministro Moreira Alves. Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Celso de Mello. Plenário, 24.05.90.

Decisão: Por unanimidade o Tribunal não conheceu da ação de mandado de injunção. Votou o Presidente. Plenário, 11.06.90.

EMENTA - Mandado de injunção. Condições da ação. Ilegitimidade *ad causam*.

Suposta provisoriamente a veracidade dos fatos alegados pelo autor, a existência "em abstrato e em hipótese", do direito, afirmado como suporte da pretensão de mérito ou de relação jurídica prejudicial dele, ainda se comporta na questão preliminar da legitimação ativa para a causa: carece, pois, de legitimação *ad causam*, no mandado de injunção, aquele a quem, ainda que aceita provisoriamente a situação de fato alegada, a Constituição não outorgou o direito subjetivo cujo exercício se diz inviabilizado pela omissão de norma regulamentadora.

2. Advocacia - Geral da União. Procuradores Autárquicos federais.

A Constituição não conferiu aos procuradores das autarquias federais direito subjetivo à integração no futuro quadro de advogados da Advocacia-Geral da União.

ADIn 275-9 - DF (Medida Liminar)

Rel.: Min. Moreira Alves. Reqte.: Sindicato Nacional dos Taxistas (Adv.: Ivaneck Perez Alves e outro). Reqdo.: Ministro do Trabalho e da Previdência Social.

Decisão: Por unanimidade o Tribunal não conheceu da ação por falta de legitimidade ativa do autor. Votou o Presidente. Plenário, 23.05.90.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Imprensa Nacional

SIG - Quadra 6, Lote 800 - 70604 - Brasília/DF -

Telefones: (PABX (061) 321-5566) Telex: (061) 1356 DIMN BR

Fax: (061) 225-2046

CGC/MF: 00394494/0016-12

CEZAR BADO
Diretor-Geral

NELSON JORGE MONAIAR
Diretor de Publicações de Órgãos Oficiais

DIÁRIO DA JUSTIÇA - Seção I
Órgão destinado à publicação dos atos do Poder Judiciário

JOSE EDMAR GOMES
Editor

Publicações: os originais devem ser entregues na Seção de Recebimento de Matérias. Matérias entregues até às 13 horas serão divulgadas na edição do dia imediato. Reclamações deverão ser feitas por escrito à Diretoria de Publicações de Órgãos Oficiais até o quinto dia útil após sua publicação.

Assinaturas: as assinaturas valem a partir de sua efetivação e não incluem os suplementos, que podem ser adquiridos separadamente.

	Diário Oficial		Diário da Justiça	
Preços	Seção I	Seção II	Seção I	Seção II
ASSINATURA TRIMESTRAL:	Cr\$ 1.547,00	Cr\$ 405,00	Cr\$ 1.517,00	Cr\$ 1.247,00
PORTE:	Cr\$ 11.814,00	Cr\$ 5.808,00	Cr\$ 21.384,00	Cr\$ 11.814,00

Informações: Seção de Divulgação da Imprensa Nacional (DICOM/SEDIV)
Telefone: (061) 225-2586
Horário: 8:00 às 12:30h e 13:30 às 17:00h.

EMENTA - Ação direta de inconstitucionalidade. Sindicato nacional. Legitimidade ativa.

- Em se tratando da legitimidade ativa a que concerne o inciso IX do artigo 103 da Constituição Federal, a organização sindical é representada, para esse efeito, apenas pelas Confederações Sindicais, termo técnico de sentido específico, a traduzir justamente os órgãos sindicais, nas suas respectivas áreas de profissões e de categorias econômicas, que podem representá-las, no âmbito nacional.

Ação direta de inconstitucionalidade não conhecida por falta de legitimidade do autor.

Reclamação 338-8 - DF

Rel.: Min. Marco Aurélio. Rcite.: Charles Laurent Jean Bataiste Rojas Fioconci (Adv.: Alexandre Mouras Dumans e outro). Rcldo. Presidente da República.

Decisão: O Tribunal por unanimidade julgou improcedente a Reclamação. Plenário, 12.12.90.

EMENTA - EXTRADIÇÃO - ENTREGA IMEDIATA DO EXTRADITANDO, MUITO EMBORA ESTEJA CUMPRINDO PENA NO BRASIL. A entrega imediata é possível, ainda que a condenação não diga respeito a ato que implique mera contravenção. O disposto no artigo 90 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, não se sobrepõe à regra do artigo 89, no que remete ao preceito do artigo 67 da referida Lei: "Desde que conveniente ao interesse nacional, a expulsão do estrangeiro poderá efetivar-se, ainda que haja processo ou tenha ocorrido condenação".

ADIn 379-8 - DF (Medida Liminar)

Rel.: Min. Sepúlveda Pertence. Reqte.: Governador do Estado de Rondônia (Adv.: Aliete Alberto Matta Morhy). Reqda.: Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Decisão: Por unanimidade o Tribunal não conheceu da ação por inépcia da inicial, prejudicado o pedido de cautelar. Votou o Presidente. Ausente, ocasionalmente, o Sr. Ministro Sydney Sanches. Plenário, 07.11.90.

EMENTA: Ação direta de inconstitucionalidade: indeferimento da inicial que não permite compreender a questão proposta.

ADIn 397-6 - DF (Medida Liminar)

Rel.: Min. Celso Borja. Reqte.: Procurador-Geral da República. Reqda.: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, deferiu o pedido de liminar para suspender, até o julgamento final da ação, os efeitos do item 1, do § 2º, do art. 31, da Constituição do Estado de São Paulo. Votou o Presidente. Ausente, ocasionalmente, o Sr. Min. Sydney Sanches. Plenário, 30.11.90.

EMENTA - AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. MEDIDA CAUTELAR. Constituição do Estado de São Paulo (item "1", § 2º, art. 31). Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado. Critério de escolha dissociado do paradigma federal, ao qual estaria vinculado o constituinte estadual (CF, arts. 73, § 2º, inc. I, e 75). Plausibilidade jurídica. "Periculum in mora". Liminar deferida.

ADIn 407-7 - DF (Medida Liminar)

Rel.: Min. Celso Borja. Reqte.: Governador do Estado de Mato Grosso do Sul (Adv.: Ricardo Nascimento de Araújo e outro). Requerida: Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul.

Decisão: O Tribunal, por maioria, indeferiu a liminar, senão do que o Sr. Ministro Paulo Brossard não conhecia da ação. Votou o Presidente. Plenário, 30.11.90.

EMENTA - Servidor Público. Jornada de trabalho de categoria profissional. Competência para iniciativa de lei. Medida cautelar.

Pedido cautelar que não demonstra, ainda que minimamente, a ocorrência ou a iminente possibilidade de risco irreparável à Administração Pública, em decorrência da promulgação da Lei nº 1.100, de 5.10.90, que determina que a jornada de trabalho dos engenheiros, arquitetos, agrônomos e veterinários, no exercício das respectivas funções, na Administração Pública é de seis horas diárias e trinta e seis horas semanais.

A mera alegação de necessidade, por parte do Chefe do Poder Executivo, da dedicação de seus servidores e de serem esses "os meios pelos quais se pode conseguir o fim almejado" não justifica a medida.

Caráter excepcional da suspensão liminar da eficácia de lei local por ordem do STF, decorrente da ocorrência de circunstâncias graves e da irreparabilidade do prejuízo.

Pedido de medida liminar indeferido.

ACOr 413-6 - DF (Questão de Ordem)

Rel.: Min. Celso Borja. Autor: Franklin Hochmuller Silveira (Adv.: Carlson Roberto Paniago Costa). Réus: Eber Dantas e outros, Rio Verde Empreendimentos Imobiliários Ltda., Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás - IDAGO, Hélio Costa Beck, Estado da Bahia (Adv.: Thomaz Hélio da Silva Barros, Hélio Costa Beck, Cláudio Leda de Macedo e outros e Pedro Gordilho).

Relator: Ministro HÉLIO REGATO

ED-RR-8970/85.7 - (Ac. TE- 481/90.1) - 2ª Região

Relator: Ministro Hélió Regato

Embargante: HUMBERTO SILVA FRIAS

Adv.: Dr. Antonio Lopes Noleto

Embargado: Ac. 2ª-T- 4236/86 (SOCIEDADE ESPORTIVA PALMEIRAS).

Adv.: Dr. Fernando Plastino Neto

DECISÃO: Por unanimidade, acolher os embargos declaratórios nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator.

EMENTA: Embargos acolhidos, para acrescer a fundamentação ao acórdão embargado.

RR-2961/86.6 - (Ac. TE- 486/90.1) - 1ª Região

Relator: Ministro Hélió Regato

Recorrente: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRÁS

Adv.: Dr. Cláudio Penna Fernandez

Recorridos: CANTÍDIO DRUMOND NETO E OUTROS

Adv.: Dr. Fernando Neves da Silva

DECISÃO: Unânime e preliminarmente rejeitar a questão de ordem suscitada pelo advogado da Reclamada, quanto à prevenção da 2ª Turma para julgamento do feito. Por unanimidade, não conhecer do recurso.

EMENTA: Revista não conhecida, com apoio nos Enunciados nºs 297, 126 e 42.

ED-RR-1890/89.9 - (Ac. TE- 484/90.1) - 1ª Região

Relator: Ministro Hélió Regato

Embargantes: ALOÍSIO RIBEIRO FRANCA E OUTROS

Adv.: Drs. Maria Cristina P. Côrtes, Márcia Lyra Bergamo e Gláucia A. F. Peixoto

Embargado: Ac. TE-115/90.1 (VARIG S/A - VIAÇÃO AÉREA RIO GRANDENSE).

Adv.: Dr. Roberto Pontes Dias

DECISÃO: Por unanimidade, acolher os embargos declaratórios, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator.

EMENTA: Embargos de Declaração acolhidos, para acrescer fundamentação ao acórdão embargado.

RR-2456/89.7 - (Ac. TE- 485/90.1) - 6ª Região

Relator: Ministro Hélió Regato

Recorrente: USINA ESTRELIANA LTDA. (LITISCONSORTE)

Adv.: Dr. Irany Maria da Silva Costa

Recorrido: AMARO VICENTE DOS SANTOS

Adv.: Dr. Eduardo Jorge Griz

DECISÃO: Por unanimidade, conhecer do recurso, mas negar-lhe provimento.

EMENTA: Recurso de revista não conhecido, com supedâneo no Enunciado nº 227.

RR-12237/90.9 - (Ac. TE- 489/90.1) - 15ª Região

Relator: Ministro Hélió Regato

Recorrente: UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A

Adv.: Dr. Cristiana Rodrigues Gontijo

Recorrido: ELIAS JAMIL DEMÉTRIO

Adv.: Dr. Nelson Demétrio

DECISÃO: Por unanimidade, não conhecer do recurso.

EMENTA: Recurso de revista não conhecido, por não comprovados os pressupostos de admissibilidade.

RR-0254/89.8 - (Ac. TE- 461/90.1) - 10ª Região

Relator: Ministro Hélió Regato

Recorrente: BANCO NACIONAL S/A

Adv.: Dr. Aluísio Xavier de Albuquerque

Recorrida: VILDELENA MARQUES DE OLIVEIRA

Adv.: Dr. João A. Valle

DECISÃO: Por unanimidade, conhecer do recurso e dar-lhe provimento para determinar que os cálculos de execução sejam refeitos, aplicando-se as normas vigentes à época da formação do débito.

EMENTA: O Decreto-Lei 2.322/87 deve ser aplicado nos processos em curso, a partir de sua publicação, sem efeito retrooperante. Revista provida.

RR-2716/88.2 - (Ac. TE- 460/90.1) - 3ª Região

Relator: Ministro Hélió Regato

Recorrente: WASHINGTON PAULO FRANCISCO

Adv.: Dr. José Eduardo de R. C. Júnior

Recorridos: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTAGEM E OUTROS

Adv.: Dr. Marcos P. de Oliveira

DECISÃO: Por unanimidade, não conhecer do recurso.

EMENTA: Revista não conhecida porque ausentes os pressupostos de sua admissibilidade. Enunciados 23 e 296 deste c. TST.

RR-2872/89.4 - (Ac. TE- 463/90.1) - 2ª Região

Relator: Ministro Hélió Regato

Recorrentes: MARY CAMARINI E BANCO BRASILEIRO DE DESCONTOS S/A -

BRADESCO

Adv.: Dr. Ildélio Martins e Silvana Cantalupo

Recorridos: OS MESMOS

DECISÃO: Por unanimidade, conhecer do recurso da Reclamante e dar-lhe provimento para, reformando o acórdão regional, tornar subsistente a sentença de primeiro grau, eis que o recurso ordinário do Reclamado não tinha condições de conhecimento, prejudicado o outro tópico da revista do Reclamante. Quanto ao recurso do Reclamado, fica prejudicado, face a deserção do recurso ordinário, reconhecido no julgamento do recurso de revista do Reclamante.

EMENTA: 1. Recurso da Reclamante. A ausência de autenticação no recolhimento das custas acarreta a deserção do Recurso Ordinário do Banco. 2. Recurso do Reclamado. Prejudicado face à deserção configurada no Recurso Ordinário.

RR-3068/89.1 - (Ac. TE- 464/90.1) - 15ª Região

Relator: Ministro Hélió Regato

Recorrente: BANCO REAL S/A

Adv.: Dr. Moacir Belchior

Recorrido: DANIEL COSTA SILVA

Adv.: Dr. José Torres das Neves

DECISÃO: Por unanimidade, conhecer do recurso quanto à contradita de testemunhas e quanto aos juros e correção monetária, mas negar-lhe provimento.

EMENTA: Contradita de testemunha. O art. 829 da CLT, que trata dos impedimentos, não proíbe a oitiva de testemunhas que estejam litigando contra o mesmo empregador. Revista conhecida, mas a que se nega provimento.

RR-6563/89.1 - (Ac. TE-458/90.1) 3ª Região

Relator: Ministro Hélió Regato

Recorrente: BANCO DO ESTADO DE MINAS GERAIS S/A. - BENGÊ

Adv.: Dr. Nilton Correia

Recorrido: GERALDO MAGELA GARCIA FONSECA

Adv.: Dr. José Torres das Neves

DECISÃO: Por unanimidade, não conhecer do recurso

EMENTA: Recurso não conhecido, com base no Enunciado nº 297.

ED-RR-2218/89.8 - (Ac. TE-462/90.1) 6ª Região

Relator: Ministro Hélió Regato

Embargante: GERALDO LOUREIRO DA SILVA

Adv.: Dra. Isis M. Resende Alves

Embargado: Ac. TE-116/90.1 (USINA PUMATY S. A. ENGENHO SANTA FÉ).

Adv.: Dr. Albino Queiroz de Oliveira Júnior

DECISÃO: Por unanimidade, acolher os embargos declaratórios, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Ministro Relator.

EMENTA: Embargos de declaração acolhidos para remover contradição entre a fundamentação e a decisão.

AI-3169/87.6 - (Ac. TE-471/90.1) 5ª Região

Relator: Ministro Hélió Regato

Agravante: REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S/A

Adv.: Dr. Aquiles da Conceição Silva Dias

Agravados: WILSON BISPO DO CARMO E OUTROS.

Adv.: Dra. Isis M. Resende Alves

DECISÃO: Por unanimidade, não conhecer do agravo de instrumento.

EMENTA: Incidência do Enunciado 272/TST. Agravo de Instrumento não conhecido.

Relator: Ministro MARCELO PIMENTEL

RR-6869/88.3 - (Ac. STE-482/90.1) - 5a. Região

Relator: Min. Marcelo Pimentel

Recorrente: PRONOR - PETROQUÍMICA S/A

Adv.: Dr. Jorge Sotero Borba

Recorridos: ANTONIO AUGUSTO GALVÃO DE ARAÚJO E OUTROS

Adv.: Dr. Ulisses Riedel de Resende

DECISÃO: Por unanimidade, não conhecer do recurso.

EMENTA: Enunciados nºs 38, 221 e 297 do TST. Recurso de revista não conhecido.

AG-RR-815/89.3 - (Ac. STE-483/90.1) - 1a. Região

Relator: Min. Marcelo Pimentel

Agravante: BANCO DO BRASIL S/A

Adv.: Dr. Antonio Balsalobre Leiva

Agravado: ADERSON MEDEIROS FERRO

Adv.: Dra. Sid H. Riedel de Figueiredo e Antônio Lopes Noleto

DECISÃO: Por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental.

EMENTA: Agravo regimental em recurso de revista desprovido. Revista sem condições de conhecimento.

RR-5254/89.3 - (Ac. STE-479/90.1) - 1a. Região

Relator: Min. Marcelo Pimentel

Recorrente: COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL

Adv.: Dr. João Barbosa

Recorrido: LUIZ CARLOS COSTA SALAMARGO

Adv.: Dr. Ulisses Riedel de Resende

DECISÃO: Por unanimidade, conhecer do recurso e dar-lhe provimento para, reformando a decisão recorrida, determinar a incorporação ao salário, de 02 (duas) horas extras, habitualmente praticadas.

EMENTA: Incorporação das horas extras habituais. Provimento do recurso para limitar a incorporação a duas horas extras diárias.

AG-RR-5470/90.4 - (Ac. STE-487/90.1) - 10a. Região

Relator: Min. Marcelo Pimentel

Agravante: GERALDO CUSTÓDIO-SILVA

Adv.: Dra. Arazy Ferreira dos Santos

Agravado: BANCO BANDEIRANTES S/A

Adv.: Dr. Paulo Fernando Torres Guimarães

DECISÃO: Por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental.

EMENTA: Negativa de prestação jurisdicional e cerceamento de defesa. Reexame de aspectos fático-probatórios. Enunciado nº 126. Agravo regimental em recurso de revista a que se nega provimento.

RR-5870/90.4 - (Ac. STE-488/90.1) - 1a. Região

Relator: Min. Marcelo Pimentel

Recorrente: BANCO CHASE MANHATTAN S/A

Adv.: Dr. Victor Russomano Júnior

Recorridos: JOSÉ ROBERTO CERQUEIRA DANTAS E OUTROS

Adv.: Dr. Alino da Costa Monteiro

DECISÃO: Por unanimidade, rejeitar a preliminar de deserção, argüida em contra-razões, conhecer do recurso, mas negar-lhe provimento.

EMENTA: Aspectos fático-probatórios. Recurso de revista a que se nega provimento.

RR-2514/89.4 - (Ac. STE-439/90.1) - 2a. Região

Relator: Min. Marcelo Pimentel

Recorrente: MARIA INÊS ROCHA SUDRE

Adv.: Dra. Celita Carmen Corso

Recorrida: RIGA-ORGANIZAÇÃO COMERCIAL DE RESTAURANTES INDUSTRIAIS S/A

Adv.: Dra. Márcia Alves de Campos Soldi

DECISÃO: Por unanimidade, conhecer do recurso e dar-lhe provimento para condenar a Empresa ao pagamento dos salários correspondentes, por não se tratar de despedida por justa causa.
EMENTA: Ultrapassado o período de reintegração cabe apenas o pagamento da indenização pelo período em que houve garantia de emprego. Re vista parcialmente provida para determinar o pagamento dos salários pa ra a despedida imotivada.

RR-4642/89.9 - (Ac.STE-448/90.1) - 6a. Região

Relator: Min. Marcelo Pimentel

Recorrente: J. LUIZ SILVA - PADARIA

Adva. Dra. Márcia Ribeiro Silvestre

Recorrido: JOSÉ DANIEL DA SILVA

Adv. Dr. Sérgio Falcão de Lima

DECISÃO: Por unanimidade, conhecer do recurso apenas quanto à prescri ção, por violação do artigo 11 da Consolidação das Leis do Trabalho e dar-lhe provimento para considerar na condenação, totalmente prescri tas, as verbas anteriores a 10 de janeiro de 1987, conforme se apurar em execução.

EMENTA: Contados os dois anos, há prescrição quando o fato gerador si tua-se em período anterior à Constituição Federal de 1988. Violação ao art. 11, da CLT. Revista provida.

NEIDE A. BORGES FERREIRA
Secretária do Tribunal Pleno

Superior Tribunal Militar

Secretaria do Tribunal Pleno

Pauta de Julgamentos

PAUTA Nº 010 - PROCESSOS POSTOS EM MESA

- APELAÇÃO nº 46.273-4 - Relator Ministro Wilberto Luiz Lima. Revisor Ministro Antonio Carlos de Seixas Telles. Adv Dr Jorge Antonio Siufi.
 - APELAÇÃO nº 45.724-0 - Relator Ministro Roberto Andersen Cavalcanti. Revisor Ministro Antonio Carlos de Seixas Telles. Adv's Dr's Cla- rissa do Nascimento Costa e Eleonora Salles de Campos Borges.

- SESSÃO EXTRAORDINÁRIA - Convocação

O Tribunal realizará Sessão Extraordinária no dia 27 do corrente, qua- ta-feira com início às 13:30 horas.

Ministério Público da União

Ministério Público do Trabalho

Procuradoria Regional do Trabalho

2ª Região

Relação Processual - relação de processos remetidos ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região com pareceres
 Guia de remessa nº 16/91

RECURSO ORDINÁRIO

Proc.: 02900079165	Parecer 969/90
Recorrente	Eliji Nadayoshi
Advogado	Arthur Vallerini
Recorrido	Cia Brasileira de Distribuição
Advogado	Mauro Tiseo
Proc.: 02900079181	Parecer 970/90
Recorrente	Repuxação Bernardes Ltda
Advogado	José Rezende de Almeida Netto
Recorrido	Francisco Pereira dos Santos
Advogado	Jussara Soares Carvalho
Proc.: 02900079190	Parecer 971/90
Recorrente	Tubra Tubos Brasileiros Ltda
Advogado	Agenor Xavier Filho
Recorrido	Geraldo Valdemar Lucio

Advogado	Paulo Roberto Antonio Franco
Proc.: 02900079203	Parecer 972/90
Recorrente	Serpal Engenharia e Construtora Ltda
Advogado	Argemiro Gomes
Recorrido	José Lima da Silva
Advogado	Sussumi Takahashi
Proc.: 02900079211	Parecer 973/90
Recorrente	Sergio Roberto de Souza
Advogado	Cícero Osar da Ros
Recorrido	Sade Sul Americana de Engenharia S/A
Advogado	Rita de Cassia Carvalho Pimenta
Proc.: 02900079238	Parecer 975/90
Recorrente	Natanael da Silva Lemes
Advogado	Moacyr Collaço
Recorrido	Trufile Indústria e Comércio Ltda
Advogado	Antonio Fernando Costa Rosa
Proc.: 02900079246	Parecer 976/90
Recorrente	Sebastião Felix dos Santos
Advogado	Moacyr Collaço
Recorrido	Eng Ind Com Equip Inds Euroterm Ltda
Advogado	Roseli Rodrigues Leite-Mele
Proc.: 02900079254	Parecer 977/90
Recorrente	Maria Izabel Clemente da Silva
Advogado	Moacyr Collaço
Recorrido	Liotechnica Indústria e Comércio Ltda
Advogado	Vitor Vicentini
Proc.: 02900079297	Parecer 981/90
Recorrente	Departamento de Aguas e Energia Eletrica
Advogado	Cleide Helena F da Silva
Recorrido	Galileu do Amaral Fidelis
Advogado	Ovidio Paulo Rodrigues Collesi

Proc.: 02900079343	Parecer 982/90
Recorrente	José João de Brito
Advogado	Vitalino Simões Duarte
Recorrido	Viação Santos São Vicente Litoral Ltda
Advogado	Hirleia Dias Quelha
Proc.: 02900079360	Parecer 983/90
Recorrente	Elias Delfino de Oliveira
Advogado	Riscalla Abdala Elias
Recorrido	Condominio Edificio Itaparica
Advogado	Edelvira Pereira de Azevedo
Proc.: 02900079408	Parecer 985/90
Recorrente	Nelson Monaco
Advogado	José Roberto Marcondes
Recorrido	Correntes Industriais Ibafe S/A
Advogado	Herberto Alfredo Vargas Carnide
Proc.: 02900079440	Parecer 986/90
Recorrente	Impacta S/A Indústria e Comércio
Advogado	João Evangelista Ferraz
Recorrido	Adeilson Jorge de Sousa
Advogado	Adeise Magali Assis Brasil
Proc.: 02900079459	Parecer 987/90
Recorrente	Irmãos Negrini & Cia Ltda
Advogado	Walkiria Galera
Recorrido	José Batista de Oliveira
Advogado	Sussumi Takahashi
Proc.: 02900079467	Parecer 988/90
Recorrente	Nelice Alves Dourado
Advogado	Pedro Tavares Maluf
Recorrido	A Ceramica Indústria e Comércio Ltda
Advogado	Patricio de Castro Filho
Proc.: 02900079548	Parecer 989/90
Recorrente	Metalfrío S/A Ind e Com de Refrigeração
Advogado	José Agostino Petrucci
Recorrido	Zenon Lopes do Couto
Advogado	Claudio Antonio Guimarães
Proc.: 02900084622	Parecer 12/91 - (com 3 volumes)
Recorrente	Cia Docas do Estado de São Paulo Codesp
Advogado	Eduardo Cacciari
Recorrido	Abel Coelho
Advogado	Eraldo Aurelio Franzese
Proc.: 02900084991	Parecer 167/90
Recorrente	José Messias Lima
Advogado	Antonio Angeles
Recorrido	Mobredil S/C Ltda
Advogado	Renata Asbahr Tonon
Proc.: 02900085092	Parecer 175/90
Recorrente	Eliana Kauschus Leal
Advogado	Emilio Gonçalves
Recorrido	Projeto Consultoria, Informática S/C Ltda
Advogado	Marco Antonio Moro
Proc.: 02900085505	Parecer 458/90
Recorrente	Arthur Lundgren Tecidos S/A
Advogado	Marcos Mordini
Recorrido	Evangelina de Toledo Romano
Advogado	Isabel Cristina dos Santos
Proc.: 02900086960	Parecer 178/90
Recorrente	João Honorato Neto